



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2018v6n3p59-68

AS DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM QUALITATIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DA MODALIDADE DE EAD

THE DIMENSIONS OF PLANNING AND EVALUATION OF QUALITATIVE LEARNING IN PROFESSIONAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE CONTEXT OF LEARNING MODE

LAS DIMENSIONES DE PLANIFICACIÓN Y EVALUACIÓN DEL APRENDIZAJE CUALITATIVO EN EDUCACIÓN PROFESIONAL: UN ANÁLISIS DEL CONTEXTO DEL MODO DE APRENDIZAJE

Eduardo Fofonca¹
Fernando Amorim²

Carmen Silva da Costa²
Vania Carla Camargo⁴

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de um estudo realizado por pesquisadores do Grupo de Pesquisa EdiTedi⁵ acerca do contexto de implementação de cursos técnicos, na modalidade de Educação a Distância e o desenvolvimento de reformulações presentes no planejamento educacional e nos processos avaliativos na Educação Profissional. O lócus de análise concentra-se mais especificamente em cursos técnicos subsequentes de nível médio, do Instituto Federal do Paraná e possui como aporte metodológico aspectos da pesquisa de campo com mapeamentos e estudos documentais. Para o desenvolvimento da discussão, fez-se necessária uma análise preliminar de concepções

e problemáticas de cursos ofertados e concluídos na instituição, para que estas, com seus impactos e repercussões, subsidiassem a construção de novos cursos técnicos subsequentes. Desse modo analítico, o artigo ainda reflete sobre novas dimensões para a organização dos processos qualitativos da avaliação de aprendizagem no contexto da educação profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Profissional. Educação a Distância. Planejamento Educacional. Avaliação de Aprendizagem.

ABSTRACT

This article presents the results of a study carried out by researchers of the EdiTedi Research Group on the context of the implementation of technical courses in the form of Distance Education and the development of reformulations present in educational planning and evaluation processes in Professional Education. The locus of analysis focuses more specifically on subsequent technical courses at the intermediate level of the Federal Institute of Paraná and has as a methodological contribution aspects of the field research with mappings and documentary studies. For the development of the discussion, a preliminary analysis of the conceptions and problems of courses offered and

concluded in the institution was necessary, so that, with their impacts and repercussions, they subsidize the construction of new technical courses that follow. In this analytical way, the article still reflects on new dimensions for the organization of the qualitative processes of the evaluation of learning in the context of professional education.

KEYWORDS

Professional Education. Distance Education. Educational Planning. Learning Evaluation.

RESUMEN

Este artículo presenta resultados de un estudio realizado por investigadores del Grupo de Investigación EdiTedi acerca del contexto de implementación de cursos técnicos, en la modalidad de Educación a Distancia y el desarrollo de reformulaciones presentes en la planificación educativa y en los procesos de evaluación en la Educación Profesional. El locus de análisis se concentra más específicamente en cursos técnicos subsiguientes de nivel medio, del Instituto Federal de Paraná y posee como aporte metodológico aspectos de la investigación de campo con mapeos y estudios documentales. Para el desarrollo de la discusión, se hizo necesario un análisis preliminar de concepciones y problemáti-

cas de cursos ofrecidos y concluidos en la institución, para que estas, con sus impactos y repercusiones, subsidiar la construcción de nuevos cursos técnicos subsiguientes. De este modo analítico, el artículo todavía refleja sobre nuevas dimensiones para la organización de los procesos cualitativos de la evaluación de aprendizaje en el contexto de la educación profesional.

PALABRAS CLAVE

Educación Profesional. Educación a Distancia. Planificación de la Educación. Evaluación del aprendizaje.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo estabelece como ponto de partida a implementação de cursos técnicos subsequentes, no contexto da modalidade de Educação a Distância (EAD) e o desenvolvimento de novas dimensões do planejamento educacional e o processo de uma avaliação de aprendizagem mais qualitativa no Instituto Federal do Paraná.

Este estudo, que possui como aporte metodológico aspectos da pesquisa de campo, no qual se integra à mapeamentos, considerações e estudos documentais desenvolve-se por meio de discussões e análises de concepções e problemáticas de cursos ofertados e concluídos na instituição, considerando que algumas reformulações tornam-se necessárias e acabaram por repercutir diretamente nos processos avaliativos da Educação Profissional e, portanto, são abordagens de relevância para a discussão das modalidades de EaD e de Educação Profissional – na rede federal de ensino técnico e tecnológico de um modo geral e, restritamente, na organização do trabalho pedagógico e no planejamento educacional e institucional do Instituto Federal do Paraná.

Desse modo, estas reformulações, nesta análise, são apresentadas num cenário em que inúmeros desafios são tecidos, inicialmente, pela dificuldade da integração de novas perspectivas pedagógicas, mas também pela necessidade de um planejamento educacional, com elementos essenciais para a compreensão da Educação Profissional nesse cenário de ofertas inclusivas, da modalidade de EaD. Assim, alguns fatores do processo descortinam algumas dificuldades que são encontradas a partir dos paradigmas da necessária transformação nas práticas de ensino, que por vezes, é centrada em perspectivas tradicionais, na qual se destacacerto antagonismo entre o trabalho docente e o mundo contemporâneo de trabalho, foco da formação na Educação Profissional.

Pode-se considerar, contudo, que a sociedade contemporânea exige uma formação sólida, com qualidade, mas ao mesmo tempo flexível, que observe as

oportunidades no mundo do trabalho, como um campo dinâmico e de emergências formativas para esse mundo e, assim, esta ação repercute diretamente na dificuldade das mudanças no fazer pedagógico da Educação Profissional, principalmente quando tendem a trazer características da educação presencial para a modalidade de EaD. Sabe-se que esse movimento de equiparação entre as modalidades presencial e distância não está em igualá-las sem criticidade. O caminho está em justamente considerar a EaD na riqueza das suas particularidades, múltiplas possibilidades e, com isso, oportunizar aos docentes, discentes e sociedade novas dimensões dos processos escolarizantes.

Diante disso, ainda numa análise introdutória, há a percepção de um antagonismo entre as mudanças necessárias neste contexto de educação e seu grupo docente. Contudo, torna-se uma recorrente a dificuldade deste grupo em integrar uma concepção de avaliação de aprendizagem mais qualitativa, na qual seja vista como um processo que constrói critérios específicos para avaliar com conceitos, na complexa trama de concepções de avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem, no caso da EaD, mas também na organização de uma avaliação pautada nos processos de integração dos estudantes, da Educação Profissional, ao mundo do trabalho.

Pode-se considerar que a compreensão em torno desse movimento contrário às mudanças pode se dar, sobretudo, pelas experiências históricas de escolarização dos docentes, que ainda como educandos ou já como educadores, tiveram experiências, na sua totalidade, com práticas educativas pautadas em modelos quantitativos e numéricos da avaliação de aprendizagem.

As discussões, em suma, buscarão apresentar um estudo com premissas e perspectivas que se desenvolvem ao mesmo tempo em que os projetos pedagó-

gicos dos cursos (PPC) subsequentes são construídos coletivamente pelos docentes, técnicos educacionais e coordenadores de cursos. Nesse sentido, há a importância de ser traçar, ainda de forma preliminar, uma discussão acerca destas dimensões e dos possíveis redimensionamentos do processo avaliativo. Diante disso, essa abordagem esclarece pontos que são necessários para a construção coletiva dos PPC, como também, de forma mais global, são importantes na discussão das políticas internas de ensino da instituição, objetivando o ensino de qualidade e inclusivo e, que possa, propiciar aos egressos uma integração de êxito ao mundo do trabalho.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE EAD

Nessa contextualização, objetiva-se traçar uma aproximação entre a Educação Profissional no Brasil e a Educação a Distância, numa tentativa de considerar pontos importantes para o objeto desta análise: os cursos técnicos e os redimensionamentos na construção coletiva dos Projetos pedagógicos dos cursos na modalidade de EaD. Para contextualizar e embasar essa articulação entre o que o ordenamento legal preconiza e a execução das ações pedagógicas na instituição, o Decreto nº 5.622 de 2005 assinala pontos importantes no que refere à elaboração dos PPC, na modalidade da Educação a Distância. No seu Art. 3º, o Decreto descreve o embasamento legal para a criação, organização, oferta e desenvolvimento de programas e cursos a distância, destacando a necessidade de observância da legislação vigente para os cursos presenciais quando da oferta de cursos nessa modalidade.

Para tanto, este olhar deve considerar que a Educação Profissional no Brasil passa por um momento de transformações e novas perspectivas, pois as ofertas vêm sendo ampliadas e, com isso, ampliam-se também as oportunidades a uma população que

dependia, exclusivamente, do ensino superior para a integração ao mundo do trabalho. Pode-se considerar que “a modalidade de Educação a Distância no ensino técnico é bem recente no Brasil e tem um propósito bem claro de expansão e inovação. Nesse sentido é um processo em construção que requer proposição, acompanhamento e avaliação contínua” (SILVA; NO-LASCO; AGOSTINHO; MACIEL; PEREIRA; SOUZA; CATAPAN, 2014, p. 1187).

A criação do Programa e-Tec Brasil de Educação Técnica a Distância da Rede Federal e as ofertas propiciadas pelos Institutos Federais de Ensino, na modalidade de Educação a Distância, possibilitam uma ampliação e um acesso democratizado à educação, por meio de cursos públicos e gratuitos no país. Pode-se considerar que esta ampliação das ofertas de educação profissional e tecnológica deu-se no governo federal brasileiro a partir do lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Ao sancionar esta lei, foram definidos alguns objetivos específicos para o programa:

I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT); II - Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento de EPT; III - Contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público; VI - Ampliar as oportunidades de formação e desenvolvimento profissional para trabalhadores.

Desse modo, com a consolidação da rede e-Tec Brasil – por meio de subprogramas e ações de assistência técnica e financeira, surgiu a necessidade de uma construção sólida de uma rede de educação profissional a distância, pública, gratuita e de qualidade. O e-Tec Brasil nasceu na extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) como Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil e teve uma construção muito semelhante ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. Diante dessa caracterização, torna-se relevante destacar que o Programa e-Tec é o primeiro programa de educação profissional

oferecido pelo governo brasileiro, na modalidade de Educação a Distância.

De acordo com Brod e Rodrigues (2012) esta consolidação concedeu uma autonomia da gestão aos Institutos Federais de Educação, que integram a rede federal de ensino, na oferta nas modalidades presencial e a distância. Esta autonomia, segundo os autores, visou dar garantia de qualidade ao ensino por parte de instituições regionais, as quais se responsabilizaram em desenvolver um polo formativo, com cursos ancorados nas necessidades e peculiaridades dos arranjos produtivos locais, isto é, tentando atender de maneira pontual as necessidades formativas para cada realidade local.

3 AS DIMENSÕES DO PROCESSO AVALIATIVO NO IFPR

A avaliação dos educandos é uma importante etapa do processo de ensino e aprendizagem. São inúmeras as discussões sobre as formas, os métodos e modelos de avaliação – e é diante deste cenário que o tema é amplamente debatido pela comunidade docente. Não seria diferente na modalidade de Educação a Distância. Segundo Litto e Formiga (2009, p. 153), o advento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) provocou mudanças em várias dimensões do fazer e do pensar humano, entre elas a dimensão educacional, o que traz a experiência com uma nova forma de pensar e de analisar a avaliação, pois o modelo classificatório, monodirecional e quantitativo já não satisfazem as exigências das novas metodologias de ensino e de trabalho docente atual.

Ora, para se avaliar o educando com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos é necessário que todo o processo de ensino e aprendizagem dele seja pautado nessa linha, não somente à etapa da avaliação da aprendizagem. Ainda nesta perspectiva, esta ruptura ou alteração da ação avaliativa não está atrelada somente a uma única etapa, mas é o entendimento de como se aprende com

qualidade que, na ótica de Cipriano Luckesi (2002), é aprender com profundidade. Para ele,

Aprender com qualidade é aprender com profundidade, com sutileza, com preciosidade um conjunto de informações, uma habilidade ou os mais variados procedimentos [...] Dar mais atenção ao qualitativo que ao quantitativo não significa dar mais atenção ao afetivo que ao cognitivo, e sim estar atento ao aperfeiçoamento, ao aprofundamento da aprendizagem, seja no campo afetivo, seja no cognitivo, ou no psicomotor. (LUCKESI 2002, p. 87),

Nesta mesma linha, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), instituiu a portaria interna nº 120/2009, partindo do que fora preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 – que estabelece em seu artigo 24, inciso V, que a avaliação do trabalho escolar deverá ser feita de forma contínua e cumulativa com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como que o processo de avaliação por competências será: diagnóstico, formativo e somativo.

Como forma de alcançar este objetivo no processo avaliativo esta portaria normatizou a forma de avaliação dos educandos, estabelecendo que esta se dê por conceitos, graduando o saber construído do aluno em quatro níveis: A - pleno (quando a aprendizagem do aluno foi plena e atingiu os objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem); B - parcialmente pleno (atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos); C - suficiente (atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos) e D - insuficiente (não atingiu os objetivos propostos). O educando será considerado aprovado quando obtiver o conceito igual ou superior a C e a frequência igual ou superior a 75% nos componentes curriculares ao final do período letivo.

Esta forma de avaliação elege e valoriza a construção contínua e cumulativa do processo de aprendizagem pelo estudante, porém na modalidade de EaD ela se depara com um processo mais complexo, na forma de aplicá-la, pois ao considerar que a mensuração da qualidade muitas vezes terá de passar por quantificações numéricas como forma de somar e expressar o conceito atingido pelo edu-

cando, principalmente com avaliações objetivas apresentadas nos polos de apoio presencial ou nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Luckesi (2011, p. 419) esclarece que “o ato de avaliar é um ato de atribuir qualidade tendo por base uma quantidade, o que implica ser a avaliação constitutivamente qualitativa”. Desse modo, é conduzida a reflexão a partir dessa afirmação: se avaliar é atribuir qualidade, tendo por base a quantidade, como então atribuir qualidade a conteúdos e potencialidades, muitas vezes, abstratos?

Este tem sido o desafio da modalidade de Educação a Distância, no Instituto Federal do Paraná: fazer o diálogo da linguagem discursiva e do pensamento com os números, a conversa das ideias com o sistema exato de mensurar o processo avaliativo. Como realizar esta conexão? Se de um lado tem-se o objetivo de construir com o estudante suas habilidades para o mundo do trabalho, composta por saberes construídos a partir de conteúdos teóricos, mas algumas vezes, abstratos, subjetivos e emocionais e, do outro lado, para avaliá-lo, dispondo de sistemas operacionais baseados na lógica, alimentados com números, ícones e signos fechados nos ambientes virtuais de aprendizagem?

Nesse sentido, Luckesi (2011, p. 421) considera que:

[...] os atos afetivos são qualificados com base na frequência (quantidade) com que uma conduta com esse matiz é praticada [...] a qualidade é atribuída com base numa quantidade de vezes que observamos aquela determinada conduta praticada, seja ela cognitiva, afetiva ou psicomotora.

Sendo assim, acredita-se diante desse contexto de ensino, que a avaliação dos conteúdos e habilidades do aluno pode passar também pela quantificação numérica, desde que ela possa desenvolver critérios avaliativos para mensurar e validar a qualidade do que se aprendeu, sem que seja perdida a eficiência do ato avaliativo, como esclarece Luckesi (2011) quando coloca que em síntese o ato de avaliar é um ato de atribuir qualidade, tendo por base uma quantidade, o que implica ser a avaliação constitutivamente qualitativa.

3.1 A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: PRINCÍPIOS QUALITATIVOS

Para avaliar o educando, contemplando uma maior diversidade de instrumentos de avaliação estabeleceu-se na instituição, na diretoria de Educação a Distância as seguintes dimensões avaliativas: a) atividades individuais online com questões objetivas; b) atividades coletivas presenciais; c) participação do educando em mecanismos no ambiente virtual de aprendizagem, tais como fóruns e chats; d) prova presencial, com questões objetivas e estudos de casos. Torna-se relevante destacar que para todas estas dimensões de atividades, seguiu-se a seguinte linha de construção dos instrumentos de coleta de dados para avaliação:

- a) O professor estabelece os conteúdos a serem trabalhados no componente curricular por meio da ementa e das especificidades do mundo do trabalho;
- b) Define os objetivos de aprendizagem. Na construção destes objetivos ele estabelece os seguintes quesitos: a) condição; b) público; c) comportamento esperado; d) nível do aproveitamento do discente em termos de quantidade, qualidade e limitações de tempo;
- c) O professor seleciona e prepara as experiências de ensino e aprendizagem que utilizará em suas aulas;
- d) Produz a textualidade dos instrumentos e critérios de avaliação conectados aos objetivos de aprendizagem.

Uma particularidade da atividade avaliativa coletiva presencial é que a mesma propõe estudos de caso, baseados nas realidades encontradas no mundo do trabalho em que o estudante, junto aos demais colegas, propõe a resolução de problemas, utilizando os conteúdos aprendidos durante a construção de saberes do componente curricular. O critério avaliativo usado nesta atividade é a comparação da produção da

equipe com uma resposta modelo elaborada pelo professor. Busca-se, contudo, na produção, os elementos elencados na resposta modelo, observando-se se há o domínio do conteúdo do componente curricular em questão e se a produção escrita do grupo discente ocorreu de forma autônoma, crítica, criativa e coerente com os comandos das questões desenvolvidas como atividades.

Para a avaliação presencial, com questões objetivas, uma forma encontrada para primar a qualidade, estabeleceu que 60% das questões desta avaliação são compostas por perguntas que avaliarão conteúdos essenciais do componente curricular, sem os quais o aluno é considerado insuficientemente preparado. Desse modo, para os 40% relativos às questões restantes, são formuladas questionamento cujos conteúdos sejam considerados menos essenciais.

Desse modo, a modalidade de EaD na instituição tem trilhado a direção das questões de avaliação da aprendizagem de seus estudantes, pautados nos estudos das teorias da educação, porém, também, desenhando seu próprio caminho, abrindo novas possibilidades, experimentando novas tecnologias de comunicação e de informação. Este processo passa ainda pelos enfrentamentos da escassez de recursos e também pelo atendimento multifacetado da multidiversidade cultural e geográfica de educandos da modalidade de EaD, de seus saberes e de suas construções.

3.2 O COLEGIADO DO CONSELHO DE CLASSE

Em seu histórico educacional, o Instituto Federal do Paraná, especificamente nos cursos na modalidade de Educação a Distância, não incluía em seus processos avaliativos o Conselho de Classe, como uma modalidade de intervenção pedagógica. Nesse contexto, sua Diretoria de Educação a Distância, constituiu uma comissão por meio da Portaria nº 028, de 20 de outubro de 2014, a fim de discutir, de forma coletiva e colaborativa, com docentes e técnicos da educação, a elaboração de uma Instrução Interna de Procedi-

mentos (IIP) – que normatizasse os atos da comissão de gestão dos processos avaliativos da aprendizagem dos estudantes da EaD. Tais instruções compõem o teor do texto da Portaria nº 36 de 5 de dezembro de 2014, que em seu Art. 6º esclarece sobre as funções que possui o Conselho de Classe na instituição:

I – O atendimento à presente Instrução Interna de Procedimentos; II – A apreciação e deliberação sobre as situações de estudantes reprovados por notas e/ou frequência; III – O Encaminhamento das deliberações à Secretaria Acadêmica para a adoção das providências cabíveis e; IV – Assegurar que a totalidade de seus membros participem dos processos deliberativos. (BRASIL, 2014).

Além destas funções, a elaboração desse documento obteve o enfoque na situação de estudantes que frequentavam alguns dos cursos na modalidade de Educação a Distância, aos quais em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) não contemplavam essa fase avaliativa em forma de colegiado. Assim, esse documento normatizou o estabelecimento de critérios a partir de ordenamentos legais para a intervenção pedagógica do conselho de classe, o que subsidia a Direção de Ensino na modalidade de EaD, as Coordenações de Curso e a Secretaria Acadêmica nas tomadas de decisões, sempre analisadas com caráter de colegiado.

Diante desta elaboração, essa Instrução Interna de Procedimento, em seu artigo Art. 9º, determinou que fossem submetidos à análise e deliberação pelo Conselho de Classe nas seguintes situações acadêmicas:

I – Os estudantes que tiverem reprovação por nota em até 25% (vinte e cinco por cento) dos componentes curriculares do curso; II - Os estudantes que não atingiram 75% (setenta e cinco por cento) da frequência nos encontros presenciais, mas que efetuaram a postagem das atividades programadas (Atividades Autoinstrutivas, Atividades Supervisionadas e Avaliações Presenciais). (BRASIL, 2014, on-line).

Na organização do documento, a constante da discussão para a construção coletiva dos PPC técnicos estava em caracterizar toda a construção discursiva amparada em ordenamentos legais, como também estar

de acordo com as demandas sociais e inclusivas da instituição, trazendo ao processo educativo um novo olhar cada vez mais igualitário e inclusivo, pois juntamente com as reformulações aqui tratadas como “redimensionamentos”, há a possibilidade de aproximação entre a integração de novas perspectivas pedagógicas em torno dos processos avaliativos e elementos essenciais para a organização do trabalho pedagógico da instituição.

Reitere-se que há a importância de se traçar uma discussão acerca dos redimensionamentos desses elementos avaliativos, que são necessários à construção coletiva dos PPC, como também, de forma mais global, discutir as políticas internas de ensino da instituição, pois estes objetivam repensar as práticas educacionais para que o ensino de qualidade e inclusivo possa, efetivamente, propiciar aos egressos uma integração ao mundo do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo que apresentou por meio de aspectos da pesquisa de campo uma discussão acerca primeiramente de uma análise das concepções e problemáticas de cursos ofertados e concluídos na instituição para, então, estabelecer pontos de relevância para o contexto da implementação de cursos técnicos, na modalidade de Educação a Distância e a importância do desenvolvimento de reformulações nas políticas de ensino do Instituto Federal do Paraná.

Destaca-se, portanto, uma repercussão direta no planejamento educacional e nos processos avaliativos numa concepção qualitativa da formação profissional. Tais reformulações destacam os desafios lançados aos profissionais, da modalidade de EaD ao integrarem novas perspectivas pedagógicas como elementos fundamentais para o planejamento educacional e para a organização do trabalho pedagógico da instituição, aos quais repercutem diretamente nos processos avaliativos da Educação Profissional, na modalidade de Educação a Distância.

Torna-se necessário destacar que para essa discussão foi fundamental compreender algumas par-

ticularidades da Educação Profissional, tais como: a origem e organização do projeto eTec-Brasil e o desencadeamento destes projetos junto aos Institutos Federais, que compõe a Rede eTec e, mais especificamente, algumas particularidades sobre o processo formativo dos cursos técnicos subsequentes, com a necessidade de novos redimensionamentos na construção coletiva dos projetos pedagógicos dos cursos na modalidade de EaD.

Assim, de modo analítico refletiu-se sobre novas dimensões para a organização dos processos qualitativos da avaliação de aprendizagem por conceito, que tem trilhado o caminho de uma concepção de avaliação da aprendizagem de seus estudantes, ao qual abre novas possibilidades de autoavaliação de seu sistema educativo, bem como de suas práticas educativas.

Além disso, a modalidade de EaD acaba por integrar-se cotidianamente aos processos contemporâneos das novas tecnologias da informação e da comunicação, enfrentando a escassez de recursos, atendendo a multidiversidade cultural e geográfica de seus educandos, de seus saberes e de suas construções. E neste novo caminho vem construindo e escrevendo sua própria história, imprimindo sua imagem no contexto da Educação Profissional brasileira.

Contudo, mesmo diante da tentativa ininterrupta de equiparação das modalidades presencial e a distância, na análise fica claro o antagonismo oriundo da dificuldade dos docentes em integrar uma concepção de avaliação de aprendizagem mais qualitativa – por meio do processo que constrói critérios para avaliar com conceitos, pois o que se percebe é que os modelos avaliativos tradicionais anteriores tentam se manter em voga, resistentes. A compreensão em torno desse movimento contrário às mudanças, nessa análise, é trazida pela experiência do grupo de docentes da organização de ensino em seus processos escolarizantes históricos, que muitas vezes, foram pautados em modelos mais quantitativos e numéricos da avaliação de aprendizagem.

Daí a necessidade de redimensionar os processos. Desse modo, alguns redimensionamentos estão no desafio de adequação às novas perspectivas,

possibilitando que cada vez mais novos estudantes sejam oportunizados com uma modalidade de Educação a Distância de qualidade e, mesmo com suas particularidades, que seja reconhecidamente uma modalidade de ensino tão necessária aos processos de formação ao mundo do trabalho, quanto o é a educação presencial.

Diante disso, o redimensionamento dos processos avaliativos tornou-se um ponto primordial de ser refletido e trazido às construções desses documentos que balizam toda a prática educacional com contribuições necessárias, não somente de ordem discursiva e teórica, mas como uma intervenção pedagógica inclusiva eficaz à Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 7 jul. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 7 jul. 2011.

BRASIL. **Portaria nº 28**, de 20 de outubro de 2014. Comissão para estabelecer a Gestão do Processo Avaliativo dos Cursos na modalidade a distância, no âmbito do IFPR. Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/Boletim-Outubro-Final_PDF.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2015.

BRASIL. **Portaria nº 36**, de 5 de dezembro de 2014. Estabelece os procedimentos internos para normatizar os atos da gestão dos processos

avaliativos de aprendizagem dos estudantes ofertados na modalidade EaD. Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://ead.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/036.2014-PROCEDIMENTOS-NORMATIVOS-GEST%C3%83O-DE-PROCESSOS-AVALIATIVOS-DE-APRENDIZAGEM.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BRASIL. **Portaria nº 120 de 06 de agosto de 2009**. Estabelece os critérios de avaliação do ensino e aprendizagem do IFPR. Curitiba-PR: Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://paranagua.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/Portaria-120-de-06.08.09Avaliacao.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 7 ago. 2015.

BROD, F.A.; RODRIGUES, S.C. Processos de mediação em Educação a Distância. Discursos de autoria compartilhada. **IX ANPED SUL**, 2012. Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Comunicacao_e_Tecnologias/Trabalho/06_06_36_257-7523-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

COSTA, C.S. et al. A educação profissional na modalidade de educação a distância: o redimensionamento dos processos avaliativos nos projetos pedagógicos de cursos. XII Congresso Nacional de Educação Educere. **Anais...**, Curitiba, PUC-PR, 2015.

LITTO, F.M.; FORMIGA, M.M.M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M.G C.N. et al. **Uma discussão sobre os projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio a distância da rede e-TEC Brasil.** Florianópolis- SC: ESUD, 2014. Disponível em: <<http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/127944.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Recebido em: 31 de Outubro de 2016
Avaliado em: 24 de Maio de 2017
Aceito em: 19 de Junho de 2017

1 Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo; Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Paraná – IFPR. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-doutorado em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: eduardo.fofonca@ifpr.edu.br

2 Especialista em Educação a Distância: Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal do Paraná; Coordenadora de Tecnologias Educacionais da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná. E-mail: carmen.costa@ifpr.edu.br

3 Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Básica pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Docente do Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: fernando.amorim@ifpr.edu.br

4 Mestre em Tecnologia em Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e especialista em Educação a Distância: Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR; Docente e Coordenadora de Ensino Técnico da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: vania.camargo@ifpr.edu.br